

Onde houver fé, que eu leve a dúvida

Eugênio Bucci

14 Maio 2015 | 03h 08 - Atualizado: 14 Maio 2015 | 01h 12

Uma senhora controvérsia eclodiu no fim de semana. A London Review of Books publicou reportagem do jornalista Seymour Hersh acusando o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, de ter mentido sobre a operação de soldados americanos que invadiu o território paquistanês e matou o líder da Al-Qaeda, Osama bin Laden, em maio de 2011. A história é complicada.

A Casa Branca sempre disse que matou o homem por sua própria conta, sem que o governo do Paquistão tivesse conhecimento. Afirma que localizou sozinha o maior inimigo dos Estados Unidos e, ato contínuo, tomou as providências para ir até lá e dar cabo do sujeito, sem pedir licença a ninguém. Hersh conta outro enredo. Assegura que tudo não passou de uma encenação – uma encenação à qual as autoridades do Paquistão deram sua ajuda prestimosa: entregaram a exata localização do alvo em troca de uma recompensa de US\$ 25 milhões. Teria sido por força desse conluio que as forças paquistanesas não opuseram resistência à invasão de seu território e ainda deram uma mãozinha extra, cortando o fornecimento de energia elétrica da casa a ser tomada de assalto. De acordo com a reportagem, enfim, o ataque não foi um ato de ousadia ou de coragem, mas uma rele execução autorizada de um homem enfraquecido e indefeso, que era mantido como prisioneiro desde 2006.

A assinatura de Seymour Hersh tem um peso enorme. Aos 78 anos, é uma lenda viva da imprensa. Apontado por muitos como o maior jornalista investigativo dos Estados Unidos, começou sua carreira como repórter de assuntos policiais em 1959 e dez anos depois revelaria ao mundo o massacre de My Lai, num trabalho que lhe valeu o Pulitzer em 1970 e mudou o rumo da Guerra do Vietnã. Em 2004 mostrou a tortura praticada por militares americanos na prisão de Abu Ghraib, no Iraque. Agora, em 2015, garante que a morte de Bin Laden foi um jogo de cena. Desmenti-lo não é – nem será – um ato administrativo corriqueiro. Não obstante, é o que o governo americano vem tentando fazer. É o que lhe resta.

Como Hersh não revelou a identidade de todas as fontes, tentam desqualificá-lo por aí. Logo na segunda-feira Josh Earnest, porta-voz da Casa Branca, acusou a reportagem de estar “repleta de imprecisões e informações totalmente falsas”. O porta-voz do Departamento de Segurança Nacional, Ned Price, afirmou que o texto contém “tantas alegações infundadas” que seria impraticável checá-las todas. Por onde pode, a administração Obama move-se para defender sua narrativa oficial, cheia de grandiosidades patrióticas e eloquências heroicas.

Onde estará a mentira – ou as mentiras, no plural? Difícil apontar. Só o que se pode saber até agora é que a polêmica vai crescer. Não existem comprovações públicas sobre os detalhes fundamentais. Você pode ter um palpite aqui, outro ali, pode preferir acreditar em Obama ou em Hersh, mas ninguém provou de modo irrefutável as falsificações da narrativa da Casa Branca. O que a reportagem faz, com eficiência, é desautorizar essa narrativa. Se já existiam indícios de alguma inconsistência na história contada pela administração Obama, esses indícios se agravaram. A dúvida que estava apenas incipiente ganhou solidez e, no caso presente, expor a dúvida é o que de melhor a imprensa pode oferecer.

Calma. O que se segue não é uma defesa de ataques irresponsáveis às autoridades, mas justamente o oposto. O que se segue é a defesa da democracia. Começemos pela constatação óbvia, mas regularmente esquecida, de que a democracia não se faz com certezas. A democracia não se faz com sociedades que confiam cegamente em seus governantes. A democracia depende da nossa capacidade de duvidar do poder.

Isso não significa que qualquer acusação baseada numa delação anônima possa ser publicada sem critérios. Significa apenas que, em

circunstâncias excepcionais, a identidade da fonte de uma grande reportagem pode ser mantida em sigilo, pois sem isso uma informação de notório interesse público não teria como ir até o público. Eis por que as sociedades livres reconhecem o sigilo da fonte como prerrogativa do jornalista profissional. Não se deve abusar dessa prerrogativa, é claro, mas sem ela não há como avançarem as investigações independentes que só a imprensa pode conduzir e difundir.

Sem sigilo da fonte os americanos não teriam conhecido o escândalo de Watergate, o mundo não teria sido informado sobre os abusos de bisbilhotice cibernética praticados pela NSA e os cidadãos brasileiros não teriam sido alertados sobre as mordomias e as torturas da ditadura militar, os desvios do mensalão e os subterrâneos da Petrobrás. O sigilo da fonte não é, como supõe o senso comum desinformado, um atalho para a maledicência. Ao contrário, tem-se mostrado a via possível de acesso à verdade factual quando os interesses do poder estão em jogo. Um veículo que abusa desse sigilo incorre em erro, é evidente, mas erra mais ainda quem insiste em querer arrancar da imprensa essa prerrogativa essencial.

O sigilo da fonte vale menos como ponto de chegada à verdade final e mais, muito mais, como ponto de partida de um debate que só a opinião pública em liberdade será capaz de resolver. Quase nunca a função do jornalista é noticiar uma certeza pronta e acabada. No mais das vezes, sua função é noticiar uma dúvida de interesse público. Se governantes desejam ser aclamados pela fé incondicional dos eleitores, a tarefa da imprensa tem sido a de desmontar essa pretensão.

Só por isso a reportagem de Seymour Hersh já prestou um serviço, desses que podemos qualificar de inestimável. Onde havia uma certeza oficial, violenta e pomposa, ela plantou uma dúvida do tamanho do mundo. Parece um paradoxo, mas é assim que é. Os santos que cuidem de levar a fé aonde as almas se afligem. Os jornalistas devem cuidar de levar a dúvida a espíritos entorpecidos pela força, pelo poder e pela sedução de quem governa.

***Eugênio Bucci é jornalista e professor da ECA-USP**